

2011-2014



ESCOLA
SECUNDÁRIA
DE VILELA

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

Educar para uma sociedade de valores

1. ENQUADRAMENTO LEGAL E INTEGRAÇÃO NO PROJETO DE ESCOLA

O novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, conforme aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, prevê como instrumentos de autonomia da Escola, não só o Projeto Educativo, o Regulamento Interno, o Plano Anual de Atividades e o Plano de Orçamento, como também o Plano Plurianual de Atividades. Este afigura-se como parte constituinte, juntamente com o Plano Anual de Atividades e Regulamento Interno, da operacionalização ou da expressão pragmática do Projeto Educativo, através do qual se propõe conduzir o processo de operacionalização do Projeto Educativo sob um horizonte de médio prazo (elaborado por três anos), tendo com ele uma relação de completo alinhamento.

2. ESTRUTURA

O Plano Plurianual de Atividades constitui uma parte dos instrumentos de gestão e autonomia da Escola, a par do Projeto Educativo, do Regulamento Interno, do Plano Anual de Atividades e do Orçamento. Não obstante a complementaridade destes instrumentos, o Projeto Educativo representa para este Plano o referente último, pelo que este Projeto operacionaliza, não só, em matéria de conhecimento e de identidade da Escola, como também a mobilização para o que expõe como desejável vir a ser realizado.

CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A caracterização e o diagnóstico da Escola e do meio na qual ela se insere constituem o ponto de partida do Plano Plurianual de Atividades, uma vez que é ao seu nível que se definem as condições nas quais se vão desenvolver todos os desafios que integram o presente documento.

Sendo apreciado em Conselho Pedagógico e aprovado em Conselho Geral num período muito próximo do Projeto Educativo 2011/2014, o Plano Plurianual baseia-se na caracterização e diagnóstico da Escola e seu contexto conforme consta daquele Projeto. Baseados em diversos instrumentos de recolha de dados - observação, inquirição, análise de documentos (relatórios e guiões de entrevista a grupos de foco) e relatórios produzidos pela Comissão de Avaliação Interna - e na análise de documentos internos, como o Regulamento Interno e regimentos (normas de funcionamento) e da legislação, a caracterização e o diagnóstico permitiram, ao nível do Projeto Educativo, identificar pontos fortes (práticas que importa continuar a manter) e pontos fracos (atividades que é necessário melhorar ou que é preciso iniciar) sobre os quais importa às estruturas responsáveis intervir, desenvolvendo um planeamento de ações para a melhoria.

LINHAS ORIENTADORAS PARA UMA ESTRATÉGIA SUSTENTADA DE PROGRESSO DAS APRENDIZAGENS

A escola deve criar uma estratégia própria de progresso, sustentada na avaliação que valoriza as atividades pedagógicas desenvolvidas a partir do contexto de sala de aula e contextualizada no histórico de resultados obtidos nos anos letivos mais recentes.

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

A planificação, o desenvolvimento e a monitorização de ações na Escola deve respeitar determinados critérios gerais de natureza pedagógica que garantam a promoção do sucesso escolar dos alunos. Na definição destes critérios ter-se-ão em conta os seguintes domínios: atribuição do serviço docente, seleção de alunos e constituição de turmas, elaboração dos horários dos alunos e ocupação plena dos tempos escolares.

SUBDOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Com base, por um lado, na caracterização e diagnóstico e na definição dos critérios nos quais se alicerça a organização pedagógica da Escola e, por outro lado, numa reflexão efetuada sobre os princípios do Projeto Educativo - «Qualidade», «Avaliação e Práticas sustentadas», «Cultura de aprendizagem», «Colegialidade e responsabilidade partilhada» e «Desenvolvimento e aprofundamento humano», a escola enveredou pela adoção de uma estratégia de melhoria e consolidação de boas práticas.

OPÇÕES ESTRATÉGICAS

As opções estratégicas correspondem ao conjunto de regras e diretrizes que orientaram o processo de escolha e decisão das prioridades do Plano Plurianual de Atividades.

AÇÕES E ESTRUTURAS ENVOLVIDAS

Para responder com satisfação aos pontos fracos ou áreas de melhoria, classificadas no âmbito do Projeto Educativo em domínios e subdomínios de intervenção, o Plano Plurianual de Atividades projeta ações ou desafios que visam a melhoria das aprendizagens e do sucesso escolar dos alunos sob o ponto de vista de uma orientação estratégica a médio prazo. Formula-os através de enunciados gerais que estabelecem uma intenção credível de transformação de uma realidade e que exprimem aquilo que de facto é prioritário. Apresenta-os num esquema que associa as ações às estruturas responsáveis e as distribui pelos três anos de vigência do documento.

Um dos aspetos mais positivos deste Plano diz respeito ao facto das ações propostas surgirem nele partilhadas por diferentes estruturas da Escola: departamentos, áreas disciplinares, biblioteca, clubes, projetos e outras estruturas. Implicando a intervenção de múltiplos atores, este documento representa um plano de ação coletiva da Escola. O facto de congregar intenções e de marcar compromissos de atuação conjunta, gera na Escola a expectativa de planificação e operacionalização futura de Planos Anuais de Atividades articulados e coerentes, sustentados num processo de trabalho colaborativo de desenvolvimento profissional, permitindo a sua avaliação sistematizada.

GESTÃO ORÇAMENTAL

A Gestão Orçamental constitui a parte do Plano que estabelece a avaliação dos meios e define as prioridades observadas na gestão dos orçamentos que cobrem as despesas da Escola do próximo triénio.

3. LINHAS ORIENTADORAS PARA UMA ESTRATÉGIA SUSTENTADA DE PROGRESSO DAS APRENDIZAGENS

A escola deve promover a criação de uma estratégia própria de progresso nas áreas que carecem de intervenção estratégica: resultados escolares e níveis de competências básicos, designadamente a Língua Portuguesa e Matemática; abandono e retenção.

Esta estratégia exige que a Escola desenvolva uma dinâmica que lhe permita:

- ✓ Integrar no Projeto Educativo metas anuais a atingir relativamente a cada um dos indicadores referidos em 2, juntamente com formas de monitorização e avaliação da evolução dos resultados;
- ✓ Apresentar como prioridades de intervenção do seu Plano Plurianual a melhoria destas áreas;
- ✓ Selecionar, ao nível do Plano Plurianual de Atividades, um conjunto de estratégias pedagógicas e de formas de organização focadas nas metas a atingir, dando especial destaque às atividades curriculares.

Esta dinâmica deve ser veiculada na Escola, atendendo a que estas prioridades devem estar inscritas no seu Projeto Educativo, orientando a hierarquização dos subdomínios de intervenção prioritária e as propostas de ação deste Plano. Tais estratégias pedagógicas e os procedimentos para uma intervenção eficaz nessas áreas começam a integrar, em boa parte, as práticas existentes na Escola. Há, contudo, que formalizar e sistematizar o seu uso, generalizar e introduzir, se for o caso, correções na sua aplicação.

3.1 Critérios gerais de avaliação

Em matéria de avaliação, o primeiro aspeto a observar diz respeito à sintonia que deve existir entre as práticas avaliativas adotadas e os documentos legais curriculares de referência (Despachos Normativos, Currículo Nacional e, quando exista, o Programa ou Orientações Programáticas da disciplina ou área curricular), os critérios gerais de avaliação que constam do Plano Plurianual de Atividades e os critérios específicos definidos no início do ano em Conselho Pedagógico, com base nas propostas dos Departamentos Curriculares e Áreas Disciplinares.

Para assegurar o rigor do processo de avaliação do aluno também importa ter em conta:

- O perfil escolar e pessoal do aluno e da turma traçado pelo diretor de turma com base na informação registada pelo aluno nas fichas estabelecidas para o efeito pela Escola;
- Os contributos do Encarregado de Educação;
- A corresponsabilidade dos professores do conselho de turma quanto às classificações atribuídas e ao seu enquadramento estatístico e analítico;
- O caráter contínuo da avaliação;
- A coerência e objetividade na atribuição das classificações;
- Fatores perturbadores do normal desenvolvimento das aprendizagens.

Considerando ainda a diversidade de metas gerais e específicas de aprendizagens por ciclo de estudos e disciplina e de objetivos, a avaliação individual dos alunos deverá refletir os seguintes critérios gerais:

- aquisição e aplicação de conhecimentos;

- uso integrado de competências de acordo com a especificidade de cada disciplina;
- pensamento crítico;
- expressão oral e escrita;
- capacidade de trabalho em equipa/cooperação;
- criatividade;
- capacidade de relacionamento e intervenção na comunidade;
- persistência;
- interesse;
- sentido de responsabilidade;
- participação nas atividades;
- pontualidade e assiduidade;
- organização do material escolar;
- progressão na aprendizagem;
- outras competências designadas em Planos de Recuperação, se for o caso.
-

A avaliação individual dos alunos também deverá refletir as capacidades reveladas no domínio da literacia da informação: seleção, tratamento e avaliação da informação, comunicação do conhecimento adquirido através da pesquisa. Áreas disciplinares deverão incluir nos seus critérios específicos de avaliação este aspeto de forma a avaliarem, não só o produto do trabalho dos alunos, mas também o seu processo de realização, sobretudo em trabalhos centrados na exploração de recursos e de projeto. Quanto à Educação Sexual, a avaliação da sua implementação e da concretização dos objetivos e competências que cada conselho de turma propõe que sejam atingidos pelos alunos, será efetuada em dois momentos: no decorrer do ano letivo - avaliação intermédia - e no final - avaliação final. Para este efeito, irão ser aplicados inquéritos que averiguem o grau de:

- ✓ Execução das atividades propostas pelos professores dos conselhos de turma envolvidos nos projetos de educação sexual da turma e as principais dificuldades encontradas - avaliação intermédia e final;
- ✓ Satisfação dos alunos quanto ao projeto atrás referido - avaliação final.

3.2 Funções da avaliação e propostas de ação pedagógica

A avaliação é contínua e deve assumir diferentes modalidades: diagnóstica, formativa e sumativa.

A avaliação diagnóstica verifica se o aluno possui o grau de preparação inicial (pré-requisitos) necessário à construção de aprendizagens mais avançadas; averigua dificuldades que ele possa vir a ter, podendo aprofundar o conhecimento das suas causas com vista à tomada de medidas; pode ainda identificar interesses, necessidades, aptidões e traços de personalidade do aluno que lhe sirvam de guia para a escolha de determinada estratégia de aprendizagem.

Na Escola a avaliação diagnóstica deve ser planificada pelas Áreas Disciplinares, preferencialmente, no início de cada ciclo, e no início de cada nível de ensino, sempre que existam condições que o justifiquem. Este procedimento deve ser acompanhado da construção de uma matriz comum de prova, por Área Disciplinar, que deverá

alargar-se aos diversos elementos de avaliação, designadamente sumativa, realizados ao longo do ano.

A avaliação formativa ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem e traduz-se na recolha contínua de informação qualitativa ou descritiva sobre os êxitos e dificuldades do aluno ou os efeitos do trabalho pedagógico do professor. Privilegia os seguintes instrumentos:

- Grelha de observação do comportamento do aluno quando ele, ao efetuar uma tarefa, por exemplo, pensa em voz alta ou de um grupo de alunos quando discutem os caminhos a seguir durante a tarefa;
- Grelha de questionamento oral durante a realização da tarefa;
- Elaboração de Portefólio/Dossiê de aprendizagem que possibilita, ao aluno, a recolha contínua de informação, a reflexão sobre a sua aprendizagem (competências metacognitivas) e, ao professor, uma visão global e evolutiva do trabalho do aluno e a intervenção atempada na orientação do seu percurso.

A avaliação formativa também pode ocorrer pontualmente mediante a aplicação de fichas formativas e, neste caso, identifica os êxitos e as dificuldades de aprendizagem do aluno somente após se terem manifestado.

A avaliação formativa possui também a função reguladora e sistematizadora do processo de ensino-aprendizagem ao propiciar, ao aluno e ao professor, a tomada de consciência e a reflexão sobre a sua ação, possibilitando atempadamente e ao longo do ano a adequação das estratégias e das atividades desenvolvidas pelo professor aos percursos de aprendizagem do aluno.

A principal finalidade da avaliação formativa não é verificar o grau de cumprimento dos objetivos do programa, mas desenvolver ao longo do ano estratégias pedagógicas alternativas e correções capazes de responder de forma eficaz às necessidades e interesses diferenciados dos alunos, proporcionando também a diminuição das desigualdades resultantes da origem sociocultural dos alunos – a avaliação formativa coaduna-se com a prática de um ensino inclusivo.

Algumas das estratégias que podem ser desenvolvidas na Escola são:

- ✓ Estudo a partir de manuais e de outros livros e de meios audiovisuais e informáticos que exponham novas formas de apresentação da informação;
- ✓ Realização de exercícios suplementares em função dos erros identificados;
- ✓ Alteração da resolução da tarefa a partir das críticas e orientações do professor;
- ✓ Realização de mini-testes na sequência de uma cuidadosa estruturação e distribuição dos conteúdos programáticos por pequenas unidades de aprendizagem;
- ✓ Elaboração de fichas de trabalho que incidam sobre conteúdos de complexidade crescente e autocorreção a partir de uma ficha que possibilita o seu controlo por escrito (estudo autodirigido);

- ✓ Apoio em sala de estudo (ensino tutorial), realizado por um professor ou aluno para responder a um plano individual de trabalho que valoriza o contrato pedagógico, isto é, que obedece a regras, direitos e deveres que também implicam os pais ou encarregados de educação;
- ✓ Trabalho em pequenos grupos de cooperação - grupos heterogéneos apresentam um impacto positivo na construção das aprendizagens dos alunos com mais dificuldades; os alunos mais competentes adquirem, por esta via, uma melhor compreensão dos seus conhecimentos, socializam e desenvolvem um sentido de cooperação.

É a prática de avaliação formativa diária aquela que melhor se adequa ao processo de aprendizagem participada do aluno criando as condições necessárias para o desenvolvimento e avaliação de competências.

Não obstante o seu valor, ainda se colocam sérios obstáculos à prática desta avaliação, designadamente:

- A extensão dos programas curriculares que os professores se sentem pressionados a cumprir, não dispendo de tempo para a prática de avaliação formativa e para o desenvolvimento de estratégias diferenciadas de ensino. O exercício da avaliação formativa implica que o professor faça uma gestão não linear, mas flexível, do programa sugerida por um ambiente de confiança que propicia a aprendizagem por ensaios e erros, avanços e recuos, por explicações complementares, revisões de noções de base e trabalho sobre o sentido da tarefa;
- O elevado número de alunos da turma que não facilita a recolha de informação sobre os processos de aprendizagem de todos os alunos ao mesmo tempo e em todas as tarefas;
- Atribuição de várias disciplinas e anos de escolaridade a um mesmo professor que, associada a toda uma diversidade de responsabilidades (gestão e administração da Escola, avaliação de professores, ocupação plena dos tempos escolares, projetos, participação em estruturas de gestão intermédia...) dificulta a lecionação de uma diversidade de conteúdos e a atribuição de tarefas diferentes aos alunos associada ao respetivo acompanhamento.

A avaliação sumativa traduz um balanço dos conhecimentos e competências do aluno, emitindo um juízo final global que se exprime quantitativamente pela atribuição de uma nota ou classificação. Na Escola realiza-se ao longo do ano através de diversas provas de avaliação que devem apresentar, na sua formulação e correção, as cotações atribuídas a cada item. Para cada uma das provas de avaliação realizadas o professor deverá facultar ao aluno o acesso à sua correção.

A avaliação sumativa também se realiza no final de um processo no momento em que terminou (período/ano/ciclo de estudos), através da aplicação de provas e exames que visam classificar e medir os resultados das aprendizagens do aluno.

No final de cada período do ano escolar, a avaliação traduz-se numa classificação que pretende avaliar o trabalho desenvolvido pelo aluno desde o início do ano letivo até

esse momento. Na atribuição das classificações intermédias – primeiro e segundo períodos - deve o professor considerar a hipótese de cada uma delas poder ser o último momento em que o aluno é efetivamente avaliado.

Nos Cursos Profissionais do Ensino Secundário a avaliação sumativa assume o caráter modular, sendo que cada um deles é independente, não podendo condicionar avaliações de módulos subsequentes.

A avaliação dos Cursos de Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário (EFA-NS) é específica, uma vez que é predominantemente processual, embora também descritiva, qualitativa e orientadora. As atividades destes cursos são centradas na autoaprendizagem, pelo que a sua avaliação valoriza as competências de autoavaliação, autocrítica e autocorreção dos alunos.

3.3 Procedimentos de avaliação

Ponderando as orientações programáticas e os critérios de avaliação que constam dos documentos de gestão curricular de referência, a especificidade de cada disciplina e os princípios globais do Projeto Educativo, cada área disciplinar define critérios de avaliação específicos que, no início de cada ano letivo, o Conselho Pedagógico aprova, juntamente com as planificações anuais a que dizem respeito. Estes documentos são disponibilizados à comunidade escolar e aos encarregados de educação, através de súmulas, site da ESV, plataformas moodle e mooco.

Seja no que diz respeito à harmonização dos critérios específicos definidos em Área Disciplinar seja no que se refere à construção, aplicação e correção de instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e sumativa, o trabalho cooperativo desenvolvido de uma forma partilhada e responsável reveste-se de uma importância fundamental.

Ao longo do ano letivo cada professor deve manter um registo regular e sistemático das informações que vai recolhendo, ora de forma espontânea e pouco estruturada (avaliação informal), ora de forma planificada, utilizando critérios previamente definidos e instrumentos elaborados para o efeito (avaliação formal). Este registo deverá servir de base à resposta do professor ao pedido de informações do aluno, dirigido por parte do diretor de turma.

A avaliação sumativa de final do período ou ano escolar é da responsabilidade de cada professor e do conselho de turma e deve corresponder a um processo claro para todos os intervenientes, pelo que todos devem ser conhecedores dos pressupostos e critérios específicos de cada disciplina. No conselho de turma, o professor poderá disponibilizar a sua grelha com os elementos de avaliação de cada aluno, discriminados de acordo com os critérios de avaliação específicos da disciplina. Entre os elementos disponibilizados pelo professor deverá constar a classificação atribuída no(s) período(s) anterior(es), para que o conselho de turma possa, com uma visão global de informação sobre o processo de avaliação dos alunos, assumir as suas responsabilidades na atribuição de classificações.

No âmbito da autoavaliação da Escola, o Conselho Pedagógico em articulação com a Comissão de Avaliação Interna (CAI) deverá promover uma análise e reflexão sobre os resultados escolares tendo em vista verificar o grau de convergência com as metas nacionais e concelhias para o sucesso educativo e a aprendizagem e (re)definir as metas de Escola. Este procedimento deve realizar-se no final de cada período de avaliação, segundo dois níveis de análise:

- Departamentos/Áreas Disciplinares (por nível), gerador de dinâmicas de (re)organização intradisciplinar;
- Conselhos de Turma, gerador de dinâmicas de (re)organização interdisciplinar.

Devem ser criadas condições para semelhante processo, em sede de Departamento, ao nível das avaliações externas, possibilitando a sua análise e reflexão.

4. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

4.1. Critérios de atribuição de serviço docente

A distribuição do serviço docente deve respeitar a legislação em vigor, fazendo prevalecer os legítimos interesses dos alunos e a defesa da qualidade de ensino.

A atribuição do serviço docente é feita pelo diretor de acordo com o legalmente estabelecido e as recomendações do Conselho Pedagógico e Conselho Geral.

Deve possibilitar-se a cada professor o acompanhamento dos seus alunos ao longo dos diferentes anos de escolaridade, desde que não existam objeções por parte do Conselho Pedagógico ou do diretor.

O horário de cada professor não deve ter um número de turmas superior a cinco e só, excepcionalmente, lhe podem ser atribuídos mais de três níveis diferentes.

Cada nível ou cada disciplina deve ser lecionada, sempre que possível, por uma equipa de, de pelo menos, dois professores.

As direções de turma, direções de curso, as coordenações de estruturas pedagógicas e as mediações dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, deverão ser atribuídas prioritariamente aos professores com um perfil adequado (experiência comprovada a nível pedagógico, capacidade mobilizadora, experiência na coordenação de projetos, facilidade de comunicação e relacionamento interpessoal) ao cargo e, tanto quanto possível, mantendo a continuidade. Depois de esgotadas as características anteriores, a atribuição do cargo deve estar de acordo com a seguinte ordem: professores do quadro de Escola, professores contratados profissionalizados, outros professores contratados.

4.2. Critérios de seleção de alunos

O critério de seleção dos alunos que pretendem frequentar esta Escola é o que está regulamentado no Despacho n.º 13170/2009, de 4 de junho, bem como no Ofício-Circular n.º 05/2011, de 14 de Julho de 2001, da DREN.

4.3 Critérios de constituição de turmas

A constituição de turmas dos alunos do ensino diurno que ingressem pela primeira vez na Escola far-se-á de acordo com o determinado no Despacho n.º 13170/2009, de 4 de junho.

Os alunos retidos deverão ser distribuídos pelas turmas de forma equitativa.

Nos anos de continuidade, deve manter-se a turma em bloco, a não ser por opção expressa de algum aluno ou do Encarregado de Educação devidamente fundamentada ou ainda por indicação do Conselho de Turma.

No caso dos alunos matriculados no 12.º ano, respeitar, sempre que possível, as escolhas opcionais dos alunos, formando as turmas de acordo com as disciplinas mais escolhidas.

4.4 Critérios de elaboração dos horários dos alunos

Os horários dos alunos devem ser elaborados de acordo com critérios de natureza pedagógica com o objetivo de possibilitar boas condições de aprendizagem.

A distribuição da carga horária semanal deve ser organizada, tanto quanto possível, dentro do respetivo turno.

Cada turma poderá ter oito segmentos de 45 minutos por dia ou, no caso do ensino secundário, um máximo de dez mas, neste caso, apenas em dois dias da semana.

A divisão de uma turma em dois grupos implica que seja sempre acautelada a não existência de tempos desocupados nos horários dos alunos; o tempo letivo indicado separadamente no horário de cada grupo não deve ser mediado por qualquer outra aula teórica dessa disciplina comum a toda a turma.

Na elaboração dos horários dos alunos dever-se-á ter, ainda, em conta: distribuição criteriosa dos tempos letivos de cada uma das disciplinas, de forma a evitar a lecionação de disciplinas bissemanais em dois dias consecutivos; não inclusão de uma segunda Língua Estrangeira no mesmo dia da Língua Estrangeira de continuação.

As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se uma hora depois de findo o período definido para almoço no horário do respetivo grupo/turma.

4.5 Ocupação plena dos tempos escolares

Ao abrigo do artigo 15.º do Despacho n.º 5328/2011 de 28 de março, a escola, ao nível do ensino básico e secundário, «...é responsável pela organização e execução das atividades educativas a proporcionar aos alunos durante todo o período de tempo que estes permanecem no espaço escolar.».

De acordo com este normativo, a Escola Secundária Vilela tem implementado um modelo de ocupação plena dos tempos escolares.

5. SUBDOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Os subdomínios que se apresentam de seguida foram estabelecidos de acordo com a caracterização e diagnóstico que consta no plano de intervenção do Projeto Educativo de Escola. Tendo por base estes subdomínios de intervenção, foram definidas as opções estratégicas da Escola a alcançar a médio prazo.

- Participação e responsabilidade partilhada
- Recursos humanos e materiais
- Cultura de avaliação
- Relação Exteriores
- Oferta de Escola
- Práticas pedagógicas
- Sucesso escolar
- Cidadania
- Impacto e valorização e das aprendizagens
- Valorização profissional e pessoal
- Inovação

6. OPÇÕES ESTRATÉGICAS

Os domínios de intervenção, as metas e os objetivos estruturantes do Projeto Educativo constituem a fonte de inspiração para a definição das grandes opções estratégicas dos Planos Plurianual e Anual de Atividades.

6.1. Promover o sucesso escolar dos alunos e a melhoria das práticas Pedagógicas

Uma das áreas de destaque no Plano Plurianual de Atividades continuará a ser o apoio às aprendizagens e a valorização de atividades de complemento de formação curricular, tendo em vista o reforço de atitudes positivas face ao conhecimento, a melhoria das aprendizagens, o enriquecimento pessoal e a diminuição do insucesso escolar dos alunos.

O Centro de Recursos Educativos – Biblioteca Escolar (BE) e a Sala de Estudo devem constituir-se numa estrutura de apoio ao trabalho desenvolvido em sala de aula e ao estudo autónomo dos alunos, promovendo diariamente oficinas de formação de utilizadores nas áreas da pesquisa, tratamento e divulgação de informação e da literacia. Constitui ainda um pólo de promoção da leitura e de animação cultural ao serviço da comunidade.

A elevação das competências dos alunos surge no Plano Plurianual de Atividades como uma prioridade da ação de todos os parceiros da Escola, com reflexos que se pretendem positivos na qualidade dos resultados escolares e na diminuição das taxas de retenção e abandono escolar.

Assim, a Escola deverá ambicionar, de acordo com as metas do seu Projeto Educativo 2011/2014:

- ✓ Aumentar as percentagens de classificações positivas, nas diversas provas e exames nacionais, contextualizando os valores do histórico de resultados dos últimos anos, de modo a que possa consolidar um processo de melhoria das classificações obtidas;
- ✓ Reduzir significativamente as taxas de retenção;
- ✓ Reduzir as taxas de abandono dos alunos.

No sentido de alcançar estas metas, os professores deverão consolidar formas de trabalho colegial e a partilha de experiências e recursos pedagógicos nos grupos disciplinares e nos conselhos de turma, planificando em colaboração as atividades a realizar, construindo em parceria instrumentos de avaliação e procedendo, em conjunto, à análise sistemática dos resultados escolares alcançados em função das metas estabelecidas pela Escola.

As atividades pedagógicas e as formas de organização do processo de ensino-aprendizagem deverão reforçar os mecanismos de diferenciação pedagógica e de acompanhamento e apoio individualizado dos alunos, nomeadamente daqueles em risco de abandono ou saída precoce e com maiores dificuldades de aprendizagem.

6.2. Alargar o uso competente e formativo das TIC

As Tecnologias de Informação e Comunicação desempenham um papel central na dinâmica organizacional, administrativa e pedagógica da Escola. Enquanto instrumento privilegiado de gestão e organização de informação, é prioridade da Escola manter e, se possível, impulsionar a adoção de procedimentos de divulgação da informação através da página Web da Escola, da plataforma Moodle e Mooce e do e-mail institucional e generalizar o seu uso em sala de aula, rentabilizando os recursos disponíveis e incentivando uma cultura de inovação e renovação de práticas.

As iniciativas destinadas a colmatar as necessidades de formação na área das TIC têm viabilizado e apoiado a experimentação de novas práticas pedagógicas. No entanto, mantém-se a necessidade de continuar a divulgar e a partilhar as experiências pedagógicas com recurso às TIC.

Como promotores deste processo, os órgãos de gestão devem ser empreendedores e abertos à mudança, capazes de promover a integração das TIC em sala de aula e a formação de professores nesta área deve favorecer a mudança de práticas pedagógicas.

A Escola em geral, e a equipa PTE em particular, devem mobilizar-se no sentido de desenvolver um Plano de Literacia da Informação, que potencie os recursos existentes, mobilizando-os de forma a garantirem melhores experiências formativas.

6.3. Prosseguir as práticas de autoavaliação

A Escola deve reforçar os procedimentos de avaliação interna, integrando-os nas suas rotinas.

A autoavaliação deve continuar a desempenhar um papel relevante no apoio e orientação ao trabalho desenvolvido pela comunidade escolar, nomeadamente nas tomadas de decisão dos órgãos de gestão e administração, na melhoria das práticas dos professores em sala de aula, na redefinição de estratégias e processos de atuação, etc.

6.4. Proporcionar a valorização profissional do pessoal docente e não docente

A valorização dos recursos humanos através da formação é uma medida indispensável para assegurar a melhoria do seu desempenho.

A Escola deve elaborar um Plano de Formação em interação com o Centro de Formação da Associação de Escolas (CFAEPPP) que propicie aos professores aceder a ações de formação contínua regulares, destinadas a atualizar e aprofundar os seus conhecimentos e competências profissionais, adequadas ao cumprimento de um plano individual de desenvolvimento profissional.

As ações devem prioritariamente versar conteúdos de natureza científico-didática com estreita ligação à matéria curricular que lecionam.

De acordo com a avaliação do Plano de Formação da Escola, revela-se prioritária, para os assistentes desta escola, a realização de ações nas seguintes áreas: gestão administrativa de processos (assistentes técnicos), organização e animação da BE, organização dos laboratórios e dos espaços oficinais, segurança e higiene no trabalho e relações interpessoais (assistentes operacionais).

O pessoal docente e não docente deve ainda continuar a ter acesso a ações de formação na área das TIC (plataformas eletrónicas, e-mail, programa de alunos, programas do Microsoft Office, quadros interativos) disponibilizadas, quer a nível interno, através da equipa do Plano Tecnológico de Educação (PTE), quer a nível externo, recorrendo ao CFAEPPP e a outras entidades.

6.5. Reforçar uma cultura de segurança no espaço escolar

Tendo em vista a promoção da segurança no espaço escolar irão continuar a ser desenvolvidos um conjunto de procedimentos coletivos e sistemáticos de segurança.

Estas medidas a implementar deverão ter em conta, não só a prevenção da indisciplina e da violência escolar, no âmbito de projetos já existentes (Tutoria, Gabinete Disciplinar, SOS Bullying, POPTA), proporcionando condições para a plena integração de todos os alunos, mas também a realização de ações que visem capacitar a comunidade para a necessidade de respeitar um conjunto de regras de atuação comuns que garantam a segurança de todos: controlo rigoroso da entrada na Escola, através do uso sistemático do cartão; realização de exercícios de evacuação e simulacros previstos no Plano de Emergência e Segurança da Escola com o objetivo de promover o sentido de responsabilidade e a adoção de um comportamento cívico face a uma situação de risco. Estes exercícios devem constituir rotinas para a comunidade escolar, contribuindo para a interiorização de comportamentos de segurança.

Estas ações possuem um carácter pedagógico ajudando a formar nos jovens uma cultura de segurança, pela interiorização das medidas de prevenção e proteção face a situações de emergência. Nesta área estratégica importa ainda capacitar os jovens para a necessidade de manter em bom estado as instalações e os equipamentos da Escola, em prol da segurança de todos e da qualidade do ambiente escolar.

A distribuição de serviço não docente deverá ter um carácter flexível, de modo a assegurar a permanência de assistentes operacionais em todos os pavilhões no período escolar. Para além do trabalho de apoio às atividades letivas e de limpeza, estes profissionais continuarão a desempenhar uma relevante ação de vigilância e apoio aos alunos nos diversos espaços escolares constituindo uma medida dissuasiva em relação a qualquer tipo de ações que possam colocar em risco a segurança dos bens dos membros da comunidade escolar.

Importa ainda assegurar o envolvimento de toda a comunidade educativa, no âmbito da criação de um Conselho de Segurança (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associação de Pais ESV, Polícia de Segurança Pública/Escola Segura), com vista à análise e partilha de informação e à monitorização de medidas que possam ajudar a melhorar as condições de segurança no exterior da Escola, nomeadamente a segurança enquanto peões e proteção face a estranhos.

6.6. Aprofundar as relações com a comunidade envolvente à Escola

A Escola deverá fortalecer com a comunidade educativa a estreita colaboração que tem mantido, nomeadamente no âmbito de:

- ✓ Cursos profissionais - com empresas e instituições locais ligadas às áreas específicas de formação escolar e profissional, para que os nossos alunos possam continuar a usufruir de formação em contexto de trabalho (FCT);
- ✓ Instituições de educação nacionais e estrangeiras, levando a cabo projetos de intercâmbio;
- ✓ Formação de docentes e não docentes com o CFAEPPP e outros parceiros;
- ✓ Com a autarquia no apoio ao desenvolvimento de projetos.

6.7. Promover valores ambientais, culturais e estéticos

A Escola deve pôr em prática medidas que visem reforçar junto dos alunos atitudes de respeito pela preservação dos vários espaços escolares, em particular pela limpeza e conservação dos equipamentos e instalações que deles fazem parte.

Na área específica da defesa do ambiente, mediante a ação do projeto Eco-Escolas, é possível reduzir os gastos em papel e os consumos energéticos, apostando em ações de sensibilização e adotando novos procedimentos, nomeadamente através do desenvolvimento de uma escola sustentável. Neste âmbito é necessário diversificar os equipamentos de recolha seletiva de lixos e manter as áreas ajardinadas limpas e cuidadas.

A Escola, enquanto microcosmos social, deve partilhar um conjunto amplo de valores culturais e estéticos que constituem o horizonte a partir do qual os indivíduos constroem o seu espaço de liberdade e de autonomia e se tornam cidadãos participativos, exigentes e responsáveis. O não conformismo, a diversidade e o desafio, assentes em contextos devidamente enquadrados pelo conhecimento, devem constituir a matriz fundamental.

Neste sentido, deve ser prioridade da Escola a visita a exposições e espetáculos nas mais diversas áreas artísticas e performativas, o apoio a diferentes clubes e projetos da Escola, a divulgação de trabalhos de alunos, o convite a artistas, escritores, bem como a especialistas, provenientes de várias áreas do saber, que possam partilhar com a comunidade educativa os seus conhecimentos e experiências.

6.8. Reforçar a cultura de participação e cooperação da comunidade Educativa

A Escola constrói-se a partir de um conjunto de vontades, expectativas e valores, graças aos quais os vários agentes educativos criam o seu espaço de participação livre e responsável.

Por conseguinte, deve promover e reforçar a cultura de participação de toda a comunidade educativa, motivando e envolvendo os vários agentes educativos, designadamente pessoal docente e discente, pessoal não docente e encarregados de educação através da melhoria dos canais de comunicação entre a Escola e a comunidade, da abertura a iniciativas diversificadas e da atenção constante às relações interpessoais e ao trabalho em equipa.

Concluindo

A Escola deve assumir como desígnio constante, a aposta num processo de autonomia acrescida, capaz de manter e dinamizar a motivação e o empenho de toda a comunidade educativa, reforçando os alicerces para um progresso sustentado do ensino e para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, fundada nos valores universais humanistas.

7. AÇÕES E ESTRUTURAS ENVOLVIDAS

Na tabela que se apresenta de seguida encontram-se elencadas as ações e estruturas envolvidas na dinamização do Plano Plurianual de Atividades 2011/2014, tendo por base as metas, os domínios e subdomínios do Projeto Educativo de Escola.

Domínio: Contexto Educativo

Meta: Alcançar uma cultura de organização baseada no comprometimento, confiança e responsabilidade pessoal e profissional propiciadora de uma estratégia de desenvolvimento autónomo.

Subdomínio: Participação e responsabilidade partilhada

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Atualização da página Web da Escola envolvendo as diferentes estruturas e projetos			Direção Departamentos Áreas Disciplinares Projetos
Diversificação dos meios de divulgação da informação, discussão e troca de ideias e construção de conhecimento, recorrendo às TIC e promoção do envolvimento de alunos no processo			
Potencialização da informação na plataforma Moodle - acesso restrito a discentes, pessoal docente e não docente	Atualização e incremento da informação e utilização		PTE Departamentos Áreas Disciplinares
Utilização da plataforma Mooce e Gare – acesso restrito a professores	Incremento e potencialização das plataformas		PTE Departamentos Estrut. Intermédias
Dinamização de iniciativas conjuntas com a APESV (ex: receção aos novos alunos, encontros)	Elaboração de projetos e parcerias conjuntas		Direção CDT APESV PES
Desenvolvimento de reuniões (estilo workshop) envolvendo diferentes sensibilidades e interesses da comunidade			Direção Estrut. Intermédias Pessoal não docente
Divulgação dos regimentos internos dos clubes e projetos junto a alunos e E.E.			BE/ Clubes/ Projetos

Subdomínio: Recursos humanos

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Intensificação do carácter pedagógico e científico das reuniões, com base na análise dos resultados escolares, na partilha de dificuldades e na partilha de boas práticas			Departamentos Áreas Disciplinares CAI
Criação de uma plataforma digital de currículos do pessoal docente e não docente de apoio à decisão, de acordo com a REFERENCIALIZAÇÃO PAR:2.2. Gestão dos recursos humanos.			Direção
Envolvimento dos EE em atividades juntamente com os seus educandos, através da prática de envio de convites aos EE			Conselhos de Turma Projetos/ Clubes Departamentos
Criação de instrumentos de envolvimento dos EE no acompanhamento dos seus educandos			Conselhos de Turma
Reajustamento das formas de organização do trabalho ao nível do pessoal não docente, atendendo também à avaliação do grau de satisfação da comunidade educativa			Direção Pessoal não docente
Dinamização de workshops relacionadas com a educação para a saúde que envolvam os Pais/EE			PES/ APESV
Criação e atualização das áreas para alunos, professores e comunidade na Plataforma Moodle, com informação sobre as atividades e recursos			Direção/ PTE Departamentos
Constituição do Conselho Eco-Escolas, assegurando a representatividade de cada área disciplinar, do pessoal não docente, dos alunos e dos EE, sem descurar a participação de entidades externas à escola (edilidade, etc).			Programa Eco-escolas
Incremento da assessoria ambiental à Direção da Escola			Direção Programa Eco-Escolas

Subdomínio: Recursos materiais

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Instalação e divulgação de software específico nos computadores das salas de aula de forma a potencializar aprendizagem online		Valorização das salas de aula com informação adequada aos interesses e cursos dos alunos	Direção PTE D. Instalações
Atualização do software, garantindo a renovação e sustentação do parque informático			Direção
Reforço dos equipamentos dos laboratórios			
Manutenção e melhoria das infraestruturas físicas (coberturas, piso pavilhão, estores, portas, etc.)			
Generalização da instalação dos dispositivos economizadores de energia a todos os pavilhões			
Criação /organização e atualização de arquivos na plataforma Moodle, por departamento e área disciplinar (eventualmente também por diretor de turma e curso) como espaço para professores (e, eventualmente, para alunos)			Departamentos Áreas Disciplinares DT's/ DC's
Aumento do uso da plataforma Moodle na partilha de materiais de trabalho com os alunos e os professores			
Melhoria da organização e disponibilização da informação sobre a Escola nas Plataformas e na página Web da Escola			
Organização e atualização de arquivos documentais			Direção/ BE
Sistematizar a utilização dos recursos documentais numa lógica de valorização do trabalho de sala de aula, lançando as bases de um Plano de Desenvolvimento da Literacia da Informação			PTE/ BE Departamentos
Criação e dinamização de blogues para partilha de informação e divulgação de recursos e ações			BE/ Clubes/ Projetos
Reforço de ações de sensibilização à gestão sustentada dos recursos (prevenção do consumo de água e eletricidade por mau uso ou disfunção do equipamento, redução de papel)			Direção/Eco-Escolas

Subdomínio: Cultura de Avaliação

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Construção e aplicação de instrumentos de autoavaliação seguindo a lógica de referencialização PAR e dedução de planos e ações de melhoria			CAI Grupo de Focagem
Desenvolvimento de observatório dirigido ao acompanhamento do percurso académico e profissional dos alunos que concluíram o ensino secundário de acordo com a REFERENCIALIZAÇÃO PAR: 5.5 Destino dos alunos			C. Geral/ Direção C. Pedagógico/CAI
Estabilização do sistema de monitorização e análise do sucesso académico nos diferentes níveis de análise			C. Pedagógico/CAI
Disponibilização, nas plataformas digitais, painéis de divulgação, de referenciais de avaliação, planos e ações de melhoria			CAI
Aplicação de instrumentos de autoavaliação, destinados a conhecer o impacto do trabalho realizado nas estruturas intermédias, clubes, projetos, BE, ao nível do sucesso escolar dos alunos, de acordo com a REFERENCIALIZAÇÃO PAR: 3.2. Escola como lugar de aprendizagem da restante comunidade educativa			CAI/ Estruturas Intermédias Clubes/Projetos
Criação, aplicação e otimização de sistemas automatizados de recolha, tratamento e análise de dados			PTE/CAI
Realização anual de uma auditoria ambiental à escola			Direção Programa Eco-Escolas

Subdomínio: Relação Exteriores

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Organização do «Dia da Escola» dentro de um formato aberto à comunidade educativa			C. Geral/ Direção Departamentos CDC/ Projetos Clubes/ APESV
Apresentação de projetos para efeitos de candidatura a apoios financeiros e obtenção de patrocínios			Projetos/ Clubes
Consolidação de parcerias e intercâmbios de âmbito europeu			Direção
Dinamização de um conjunto de atividades de carácter cívico, social, cultural e desportivo que impliquem parceiros externos			Clubes/ Projetos
Realização de intercâmbios com outras escolas para partilha de experiências e dinamização de atividades conjuntas			CDC/ Clubes Projetos/ CAI
Reforço da angariação de apoios e patrocínios junto de organismos locais			Clubes/ Projetos
Consolidação de protocolos e parcerias no âmbito do desenvolvimento da formação em contexto de trabalho			CDC
Promoção de encontros dos alunos com o trabalho de especialistas em áreas do seu interesse			Departamentos CDC/ CDT/ BE/ CAI
Aumento da representatividade dos membros da comunidade educativa no Conselho Eco-escolas, mediante a prática do envio de convites a entidades diversas (edilidade, associações ambientais locais, empresas locais com mérito ambiental reconhecido...), sem descurar a representatividade de cada área disciplinar, nem a participação do pessoal não docente, dos alunos e dos EE.			Programa Eco-escolas

DOMÍNIO: Sucesso Educativo

Meta: Elevar o sucesso educativo dos alunos através de práticas educativas de qualidade, que respondam com equidade às necessidades e interesses dos alunos, proporcionando-lhes a aquisição de competências, conhecimentos e atitudes que lhes facilitem processos autónomos de aprendizagem, bem como a capacidade de participar na vida ativa, no âmbito de uma sociedade de valores

Subdomínio: Oferta de Escola

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Diversificação da oferta formativa de forma a responder às necessidades formativas dos alunos e do meio			C. Geral C. Pedagógico Direção/ CDC
Dinamização de atividades de desenvolvimento curricular (visitas de estudo, aulas de campo, palestras, workshops, etc.) planeadas de forma articulada com os programas		Inclusão de mais parceiros	Departamentos Áreas Disciplinares Conselhos de Turma Clubes/ Projetos
Divulgação das atividades de complemento curricular oferecidas pela Escola (objetivos, vantagens para os alunos)		Reforço do valor educativo destas atividades no âmbito dos conselhos de turma	Clubes/ projetos
Divulgação da oferta de Escola junto da comunidade educativa, através da página Web, do eventual envio de destacáveis, de sessões de esclarecimento e partilha de experiências feitas por alunos e professores.			Direção CDC/ CDT
Orientação vocacional e profissional dos alunos recorrendo a vários métodos e testes			CDT
Informação sobre o acesso ao ensino superior e a cursos profissionais com base no desenvolvimento de um conjunto de sessões de esclarecimento			

Subdomínio: Práticas Pedagógicas

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Partilha de práticas pedagógicas entre Áreas Disciplinares do mesmo departamento, mediante a promoção de atividades de formação interna, tendo em vista a melhoria da eficácia do funcionamento dos departamentos			C. Pedagógico Departamentos Áreas Disciplinares
Desenvolvimento de iniciativas que promovam o trabalho colaborativo no âmbito dos grupos de nível (elaboração de matrizes de testes escritos, cartilhas de leitura e análise documental, elaboração e correção de provas de diagnóstico, de testes formativos e sumativos e fichas de trabalho sobre conteúdos de complexidade diferenciada) e disponibilização na plataforma Moodle e Mooce.			
Diversificação de formas de apoio às aprendizagens, mediante a constituição de grupos de alunos que prestam apoio a colegas, o desenvolvimento de redes de aprendizagem online (plataforma Moodle, blogues) por disciplina, segundo a lógica do banco do tempo			
Promoção de encontros destinados à análise de questões pedagógicas e à partilha de experiências de sucesso/ insucesso	Criação/Dinamização de comunidades virtuais de partilha de boas práticas, por disciplina com recurso à plataforma Mooce		
Criação de pares pedagógicos em sala de aula para reforço das aprendizagens no domínio da matemática			AD Matemática PAM
Criação de pares pedagógicos em sala de aula para reforço das aprendizagens no domínio da língua inglesa			AD Inglês Spring Class
Elaboração de materiais tendo por base uma planificação que sirva de base às adequações curriculares dos alunos NEE			Áreas Disciplinares Conselhos de Turma Docente da Educação Especial
Desenvolvimento de trabalho curricular nas diversas áreas disciplinares, no âmbito dos temas do Programa Eco-Escolas, de acordo com os conteúdos programáticos de cada disciplina.			Programa Eco-Escolas

Partilha de informação entre as Áreas Disciplinares e o Programa Eco-Escolas de modo a dar a conhecer o trabalho curricular desenvolvido.	Áreas Disciplinares
---	---------------------

Subdomínio: Sucesso escolar

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Definição, implementação e avaliação de metas de Escola.			C. Pedagógico Departamentos Áreas Disciplinares CAI
Incentivar nos alunos um uso cada vez mais qualificado das TIC, designadamente através do desenvolvimento de métodos e técnicas de estudo bem como de metodologias de trabalho, com recurso às TIC			Departamentos Áreas Disciplinares BE
Envolvimento de um maior número de alunos e encarregados de educação nas atividades desenvolvidas			Conselhos de turma Departamentos EE's
Realização de visitas de estudo que entrelacem o reforço das aprendizagens adquiridas com o reforço das relações interpessoais entre pares e entre professores e alunos.			Conselhos de turma Departamentos
Aumento do número de participantes em concursos internos, nacionais e internacionais, promotores das literacias, da construção do conhecimento e da valorização pessoal			Departamentos Áreas Disciplinares BE/ Projetos/ Clubes
Elaboração, ao nível das disciplinas da formação geral, (sempre que as planificações o permitam) de trabalhos sobre temas das áreas das disciplinas específicas e técnicas			Departamentos Áreas Disciplinares Projetos/ Clubes
Adesão a iniciativas que reforcem ensino das ciências e o conhecimento das línguas, aprofundem a dimensão intelectual e cívica do aluno, bem como a compreensão do mundo do trabalho (Olimpíadas, Aulas de Campo, Parlamento dos Jovens...outros)			

Realização de atividades desportivas que contribuam para o combate ao insucesso e abandono escolar.	
Construção/Utilização kit's pedagógicos, de modo a diversificar as aprendizagens em contexto de sala de aula, a promover a leitura e a melhoria da ocupação plena dos tempos escolares	
Dinamização de workshops, no âmbito da leitura, da pesquisa no catálogo informatizado e em base de dados, de trabalhos escritos, apresentações orais, blogue, página Web, portefólio eletrónico, com vista ao desenvolvimento da autonomia dos alunos	Departamentos Áreas Disciplinares BE
Divulgação de materiais para realização de atividades de treino de estimulação cognitiva	
Criação de uma disciplina na plataforma Moodle sobre métodos e técnicas de estudo	PTE/ BE Departamentos Áreas Disciplinares
Dinamização de ações de sensibilização e de intervenção ambiental, focadas na biodiversidade/recursos naturais existentes na Escola e no meio envolvente	Eco-Escolas

Subdomínio: Cidadania

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Desenvolvimento da articulação entre projetos e estruturas da Escola			Clubes/Projetos
Aumento do envolvimento dos alunos na organização e dinamização de atividades			
Incremento da realização de atividades que visem a promoção da cidadania (Ed. Ambiental, Ed. para a Saúde, artística e estética, literacia financeira, participação cívica e política, solidariedade social)	Intensificar abertura à comunidade		C. Geral Clubes/Projetos Cursos profissionais Departamentos
Dinamização de iniciativas que visem o desenvolvimento de uma cultura de segurança no espaço escolar (simulações, simulacros, sessões formativas)			Departamentos Cursos profissionais Clubes projetos
Realização de atividades desportivas que promovam a inclusão, a aquisição de hábitos de vida saudável e a formação integral dos alunos			

Subdomínio: Valorização e impacto das aprendizagens

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Divulgação dos resultados das provas de avaliação realizadas a nível interno (PAF/PAP/EEF) recorrendo à plataforma Moodle			Departamentos CDC/ CAI
Divulgação da coerência entre resultados internos e externos de acordo com a REFERENCIALIZAÇÃO PAR: Referencial 5.4 - Valorização das aprendizagens			
Organização e atribuição de prémios de valor e mérito escolares			Direção

Domínio: Formação/ Inovação

Meta: Incrementar a formação como forma de responder aos desafios científicos, pedagógicos e tecnológicos, favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional, partindo de planos estratégicos de formação, fomentando uma cultura de aprendizagem e inovação pedagógica.

Subdomínio: Valorização profissional e pessoal

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Desenvolvimento de formação interna em contexto de trabalho, para atualização científica e pedagógica dos professores, com a participação de especialistas de diferentes áreas			CFAEPPP C. Pedagógico Departamentos
Rentabilização e valorização do trabalho de investigação que os estagiários desenvolvem em resposta às necessidades da Escola			Núcleos de estágio
Desenvolvimento de workshops abertos à comunidade, no âmbito de clubes e projetos			Clubes/ Projetos/ BE
Apoio ao desenvolvimento curricular, ao nível dos recursos e da formação, orientada no sentido da valorização pessoal			
Incremento do número de ações de formação interna ao nível das TIC e de participantes			CFAEPPP/ PTE
Realização de iniciativas para a reflexão e divulgação das potencialidades didático-pedagógicas de uso das TIC			Departamentos
Envolvimento das Áreas Disciplinares na concretização dos objetivos do PES, através do levantamento dos conteúdos programáticos por disciplina/nível e da elaboração de materiais didáticos			PES Áreas Disciplinares
Formação na área da Educação Sexual envolvendo a comunidade			CFAEPPP/ PES Departamentos Centro de Saúde
Elaboração, desenvolvimento e avaliação do Plano de Formação da Escola			CFAEPPP/ Direção C. Pedagógico

Subdomínio: Inovação

AÇÕES A DESENVOLVER			ESTRUTURAS ENVOLVIDAS
2011/2012	2012/2013	2013/2014	
Desenvolvimento de iniciativas de renovação didático-pedagógica em sala de aula			Áreas Disciplinares
Adesão a projetos inovadores que catapultem para novas dimensões de sucesso educativo			Departamentos Clubes/ Projetos
Potencialização das PAP's e PAF's, integrando-as cada vez mais em lógicas empresariais			CDC Cursos profissionais
Realização de atividades integradoras subordinadas a temas comuns para cada turma			EFAs

8. GESTÃO ORÇAMENTAL

O reforço da autonomia da Escola, que constitui um dos objetivos do novo regime jurídico, pressupõe que a transferência de competências tem de estar sempre associada à avaliação externa, assente nos princípios da responsabilidade (empowerment) e da prestação de contas (accountability). As atividades desenvolvidas pela Escola são financiadas por três vias: Receitas Gerais (Orçamento do Estado), verbas do POPH e receitas com transição de saldos (Autofinanciamento). A distribuição das verbas é feita atendendo às orientações emanadas anualmente pelo Conselho Geral e às que são definidas pelo Ministério da Educação. A autorização das despesas segue os procedimentos legais previstos. Serão elaborados relatórios e balancetes mensais a aprovar em sede de Conselho Administrativo. A conta de gerência será elaborada pelo Conselho Administrativo, aprovada pelo Conselho Geral e enviada para as autoridades competentes.

É essencial que o orçamento da Escola permita dar continuidade à mudança administrativa e pedagógica em curso e à inovação tecnológica, sendo necessário reduzir as despesas correntes, nomeadamente os encargos das instalações e consumíveis.

9. DIVULGAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O Plano Plurianual de Atividades constitui um documento de planificação a médio prazo que deve orientar os planos operacionais de curto prazo da Escola, designadamente o Plano Anual de Atividades. Nesta medida, a sua discussão e divulgação constitui uma etapa fundamental no processo de envolvimento da comunidade na sua implementação.

Aos órgãos de administração e gestão, bem como às estruturas intermédias, clubes, projetos e outras estruturas geradoras de atividades da Escola compete destacar as metas e subdomínios do Plano Plurianual de Atividades a que pretendem dar resposta nos planos de decisão que lhes competem. À Direção cabe dar conhecimento do Plano a todo o pessoal não docente e também a outros agentes educativos com os quais a Escola estabelece parcerias, protocolos ou outras atividades conjuntas, incentivando a participação de todos os intervenientes da Escola na operacionalização deste Plano.

O Plano irá encontrar-se disponível para consulta nos locais fixados para o Projeto Educativo.

10. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A implementação do Plano Plurianual de Atividades será avaliada anualmente, a partir da análise e discussão, por parte dos diferentes órgãos de gestão, dos relatórios intermédios e finais dos Planos Anuais de Atividades e dos relatórios de autoavaliação de cada uma das estruturas. Estes documentos elaborados, sistemática e regularmente, pela Escola deverão constituir fontes de reflexão crítica, que se traduzirão em relatório anual explicitando o grau de execução das metas que dirigem as ações do Plano Plurianual.

A avaliação efetuada para cada ano letivo poderá originar reajustamentos que, devidamente fundamentados, surgirão expressos no Plano Anual de Atividades do ano seguinte.

Estes reajustamentos devem ser encarados, não como uma fraqueza do Plano agora proposto, mas antes como uma oportunidade para a sua melhoria. A avaliação confere, assim, a este documento um forte dinamismo, seja ao nível do seu planeamento, seja da sua operacionalização.

Tratando-se de um Plano que apresenta desafios relativos a um processo conjunto de ações para a melhoria, a sua monitorização e avaliação implica e responsabiliza as estruturas nele envolvidas.

No termo do triénio, terá lugar uma avaliação global final, derivando dos relatórios anuais, com o intuito de aferir o grau de concretização do Plano Plurianual. Desta avaliação resultarão orientações para o Plano Plurianual seguinte.

ANEXO (Plano Plurianual de Atividades)**ATIVIDADES/AÇÕES A DESENVOLVER PELOS DEPARTAMENTOS E ÁREAS DISCIPLINARES**

Este documento procura constituir-se como um guião que pautar a atuação dos departamentos/áreas disciplinares na sua prática ao longo do ano letivo. Sem limitar a capacidade de análise crítica dos departamentos em função das suas prioridades e dos seus próprios procedimentos, desenha-se uma orgânica de processos comum e integrada com o trabalho do Conselho Pedagógico e Comissão de Avaliação Interna. Propõe-se um modelo de análise dos processos de ensino-aprendizagem que garanta fiabilidade e se constitua como um sistema autoregulador que permita melhorias num percurso de acompanhamento sustentado. Assim, neste sentido, assegurar-se-á, de uma forma partilhada e responsável, a qualidade crescente do serviço educativo prestado pela escola.

O documento organiza-se a partir das três etapas fundamentais: início do ano letivo, ao longo do ano letivo e no final do ano letivo.

A - No início de cada ano letivo:**1. Departamento em articulação com área disciplinar**

a) Reflexão sobre a atividade do departamento/área disciplinar em função dos intervalos de autoregulação /objetivos e orientações estratégicas do Projecto Educativo (PE), dos Planos Anuais de Atividades (PAA), dos objetivos estabelecidos pelo departamento/área disciplinar no ano anterior e de outras orientações superiores.

b) Diagnóstico de necessidades e identificação de áreas de melhoria.

c) Estabelecimento de prioridades (considerando recursos, competências e limitações).

d) Estabelecimento de procedimentos e estratégias, no âmbito dos diferentes contextos de atuação:

- ✓ Funcionamento do departamento/área disciplinar, (orientações sobre atividades/projetos específicos, regimento, o departamento na plataforma Moodle e Mooce etc.).
- ✓ Atividade pedagógica: preparação e organização da prática letiva, incluindo avaliação diagnóstica; gestão/organização da prestação de apoio à aprendizagem dos alunos, incluindo apoios educativos; sucesso educativo dos alunos (definição de padrões de autoregulação, ao nível dos processos e dos resultados).
- ✓ Atividades a inscrever no PAA.

- ✓ Estabelecimento de parcerias educativas e formação (Plano de Formação do Departamento).
- ✓ Relação com a comunidade educativa.

2. Área Disciplinar atendendo às disciplinas e/ou níveis de lecionação

a) Balanço da atividade desenvolvida no ano anterior em cada nível/disciplina.

b) Preparação e organização da prática letiva

- ✓ Planificações de longo prazo e critérios de avaliação e modalidades/instrumentos de avaliação por disciplina na plataforma Moodle e Mooce.
- ✓ Ajustamento dos intervalos de autoregulação de ensino e de aprendizagem tendo por referência o Sucesso Académico (SA): taxa de sucesso (eficácia) na disciplina nos anos letivos anteriores e níveis superiores a 3 (qualidade) – Ensino Básico; média (qualidade) de cada disciplina nos anos letivos anteriores; taxa de anulação (fluxos) na disciplina – Ensino Secundário.
- ✓ Desenvolvimento de procedimentos/instrumentos que considerem a necessidade de: orientar e apoiar a diferenciação pedagógica; o trabalho colaborativo e estratégias comuns de aprendizagem; a utilização de novos recursos.

B - Ao longo de cada ano letivo:

1. Departamento em articulação com área disciplinar

- a) Reflexão sobre a atividade do departamento – análise em função dos intervalos de autoregulação e critérios estabelecidos.
- b) Reflexão (em grupo) e avaliação de práticas pedagógicas desenvolvidas nos diferentes níveis letivos/disciplinas e dos contextos escolares dos diferentes níveis.
- c) Reajustamento dos intervalos de autoregulação e estratégias pedagógicas (se necessário).
- d) Avaliação das atividades que se vão realizando e integrantes do PAA.
- e) Reflexão sobre Sucesso Académico externo, recorrendo às classificações obtidas em testes Intermédios (Eficácia, Qualidade e Coerência).

2. Área Disciplinar atendendo às disciplinas e/ou níveis de lecionação

- a) Monitorizar a implementação das planificações e proceder a eventuais ajustamentos; concertar estratégias pedagógicas.

- b) Partilha de práticas e materiais/recursos pedagógicos.
- c) Aferição de instrumentos de avaliação em cada nível/disciplina¹.
- d) Reflexão, após final de período, em função dos intervalos de autoregulação e critérios estabelecidos: Sucesso Académico (SA); Fatores de sucesso / fatores de insucesso (medidas/ eficácia); Análise de resultados muito divergentes entre turmas na mesma disciplina.
- e) Definição de estratégias e planos de melhoria.
- f) Elaboração de relatórios intermédios (ponto de situação).

C- No final de cada ano letivo

Apresentação em Conselho Pedagógico de um relatório final das atividades do Departamento/Áreas Disciplinares nomeadamente sobre o Sucesso Académico (SA), onde, entre outros, sejam referidos os assuntos constantes das alíneas d) e e) do número anterior².

1. Departamento em articulação com área disciplinar

a) Balanço/avaliação da atividade do departamento – avaliação em função dos intervalos de autoregulação / critérios e estratégias estabelecidos: Sucesso Académico (SA) e práticas pedagógicas desenvolvidas nos diferentes níveis/disciplinas; fatores de melhoria / condicionantes (medidas/ eficácia). – avaliação transmitida ao Conselho Pedagógico por cada coordenador.

2. Área Disciplinar atendendo às disciplinas e/ou níveis

b) Reflexão em função dos intervalos de autoregulação e critérios estabelecidos: Sucesso Académico (SA); fatores de sucesso / fatores de insucesso (medidas/ eficácia); recomendações para o ano letivo seguinte.

Esta reflexão será transmitida posteriormente pelo representante de Área Disciplinar ao Coordenador de Departamento, que elaborará um relatório crítico.

Todas as reflexões devem partir dos professores que tutelam disciplinas e/ou níveis.

¹ A elaboração e aplicação de um instrumento de avaliação comum a todas as turmas é uma das mais simples e eficazes estratégias para que se cumpram estes aspectos.

² As análises/avaliações do Sucesso Académico serão efetuadas pelas áreas disciplinares a partir dos dados e modelos fornecidos pelo CAI e têm como principais objetivos:

- apreciar procedimentos para diagnosticar insuficiências e dificuldades ao nível das aprendizagens;
- analisar a adequação das estratégias implementadas para eventual reorientação do processo de aprendizagem;
- multiplicar episódios de trabalho colaborativo e partilha de boas práticas.